

(Português)

TÍTULO

O ESTADO DE DIREITO E A SUA VIOLAÇÃO NA HUNGRIA*

Dora Resende Alves

Departamento de Direito, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, Portugal;

dra@upt.pt

Daniela Serra Castilhos

Departamento de Direito, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, Portugal;

dcastilhos@upt.pt

Ana Maria Xavier

Departamento de Direito, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, Portugal;

40850@alunos.upt.pt

PALAVRAS-CHAVE

Estado de Direito; Hungria; União Europeia; Valores; Democracia

TÍTULO

O ESTADO DE DIREITO E A SUA VIOLAÇÃO NA HUNGRIA

(500-800 palavras)

- PAINEL PREFERIDO:
- CIÊNCIAS SOCIAIS
 - MARKETING E NEGÓCIOS
 - EDUCAÇÃO
 - MULTIDISCIPLINAR

* O presente texto é resultado da investigação realizada no âmbito do Módulo Jean Monnet *The European Union as a global player for Democracy and Fundamental Rights* pelo que é cofinanciado pela União Europeia.

Objectivo;

Pretende-se com este estudo, esclarecer especificamente o caso da Hungria em consequência de suas controversas ações recentes, como as mudanças constitucionais, interferências na liberdade acadêmica e de imprensa e principalmente limitações de competências do Tribunal Constitucional colocando em risco a independência do poder judicial. Verificar os impactos e encaminhamentos no cenário político da União Europeia, diante dos riscos manifestos de violações do Estado de Direito por este país. Tendo sempre em conta o Tratado da União Europeia (TUE) como texto jurídico de base.

Concepção/metodologia/abordagem;

A Hungria, que era considerado um dos principais países democráticos da Europa pós-socialista, aparece no cenário político internacional, após 2010, como um país que passa por diversas transformações que não somente afetam e descaracterizam a democracia, mas que constantemente desrespeita os valores e a base ideológica do Estado de Direito, nos termos do artigo 2.º do TUE. O poder instituído, valendo-se da maioria absoluta a seu favor no Parlamento húngaro, promoveu ações que foram desde alterações na Constituição, distribuição de favores a empresários, a denúncias de interferências na liberdade acadêmica e de imprensa e, principalmente, limitações de competências do Tribunal Constitucional interferindo na independência do poder judicial em geral.

Após um enquadramento doutrinal e recorrendo à documentação da União Europeia por metodologia de análise documental, busca-se o enquadramento desta problemática na defesa dos valores da União Europeia proclamados nos Tratados institutivos, seja em atos legislativos, em documentos de *soft law* e jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia.

Resultados;

Propõe-se nesta apresentação uma reflexão sobre as ações adotadas pelo poder político na Hungria, verificando que as alterações ensejam violações ao valor do Estado de Direito na União Europeia, analisando os impactos que essas medidas têm provocado na esfera política internacional, principalmente dentro das instituições que compõem a União Europeia e ainda, que elas predispõem a uma possível punição por parte da mesma UE resultantes do mecanismo dos artigos 258.º a 260.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) e, eventualmente, acionando o artigo 7.º do TUE.

Limitações/implicações da investigação;

Perante esse preocupante cenário surge então a necessidade de analisar quais foram as reais mudanças ocorridas na estrutura básica desse país que pressupõem violações ao valor do Estado de Direito, sem deixar *a priori*, de ser feito um breve histórico da concepção de Estado de Direito procurando compreender o motivo pelo qual esse é o ideal que os países considerados democráticos, procuram alcançar e defender. Ademais, é imperioso abordar os princípios etimológicos e conceituais do termo Estado de Direito que inspiram os ideais democráticos, bem como o ponto de vista do direito no que tange princípios, tratados e previsões da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (CDFUE), nomeadamente o seu artigo 47.º.

Implicações práticas/implicações sociais:

A Hungria sempre foi considerada um país importante no cenário dos países localizados no leste Europeu, pois além de ter passado por diversos conflitos entre as duas guerras mundiais, sempre buscou sobreviver diante de crises étnicas, políticas e principalmente econômicas, que vez ou outra perturbaram o país. Tinha conseguido conduzir-se a ser um dos países mais modernizados e promissores em relação à consolidação do Estado de

Direito, cujo fim, afinal, parece ter sido tão somente o de conseguir obter a aprovação e entrada da Hungria para o grupo seleto de países da União Europeia.

Originalidade/valor:

No mundo globalizado em que vivemos, muito se tem discutido sobre os valores e a base ideológica do Estado de Direito, bem como as crises das democracias liberais. Os acontecimentos políticos com impactos internacionais e recentemente crises políticas em países que fazem parte do conjunto de Estados-Membros da União Europeia, têm sido alvo de preocupações, em consequência da postura e ações de governantes que constantemente tem desrespeitado os direitos e valores intrínsecos no Tratado da União Europeia e na Carta de Direitos Fundamentais, quando deveriam estar defendendo, respeitando e protegendo tais direitos.

REFERÊNCIAS escolhidas

Canotilho, J. J. G. (1999). *Estado de Direito*. Lisboa: Editora Gradiva, 4-7. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/51189296/joaquim-jose-gomes-canotilho-estadode-direito>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

Comissão Europeia (2019). Estado de Direito: Comissão lança um debate para reforçar o Estado de Direito na UE. *Comunicado de Imprensa*. Bruxelas, abr, 1-2. Disponível em: <https://europa.eu/rapid/press-release_IP-19-1912_pt.htm>. Acesso em: 15 set. 2019.

Duarte, M. C. (2018). Hungria, o Estado de Direito em Crise? *Revista Portuguesa de Ciência Política*. Instituto Universitário de Lisboa, Portugal, 9, 17. <DOI:10.33167/21842078.RPCP2018.9/pp.13-30>. Acesso em: 6 set. 2019.

Kovács, K. & Tóth, G. A. (2011). Hungary's Constitutional Transformation. *European Constitutional Law Review*: Jun, 7, 184. Disponível em: <DOI:10.1017/S1574019611200038>. Acesso em: 6 set. 2019.

Martín, J., & Nanclares, P. (2019). La Uinón Europea como comunidade de valores: a vueltas com la crisis de la democracia e del Estado de Derecho. *Revista Teoria y Realidad*

Constitucional, [S.l.], 43, 121-159. Disponível em: <DOI: <https://doi.org/10.5944/trc.43.2019.24401>>. Acesso em: 6 ago. 2019.

Novais, J. R. (2006). *Contributo para uma teoria do estado de direito: do estado de direito liberal ao estado social e democrático de direito*. Coimbra: Editora Almedina.

O'Donnell, G. (2004). The Quality of Democracy: Why the Rule of Law Matters. *Journal of Democracy*, 15, 4,32-46 (Article). Johns Hopkins University Press. Disponível em: <DOI: <https://doi.org/10.1353/jod.2004.0076> >. Acesso em: 15 ago. 2019.

Pais, S. O. (2018). *Princípios Fundamentais de Direito da União Europeia: uma abordagem jurisprudencial*. Coimbra: Editora Almedina, 3. ed.

Parlamento Europeu (2018). A situação na Hungria. Processo 2017/2131(INL) – Textos aprovados. Estrasburgo: 12 set. 2018. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-8-2018-0340_PT.html>. Acesso em: 13 set. 2019.

Silva, E. M. (2005). O Estado Democrático de Direito. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, 167, 213-219. Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/794>> . Acesso em: 05 ago. 2019.

Vieira, O. V. (2017) A desigualdade e a subversão do Estado de Direito. *In: Celso Campilongo (org.), Direito, cidadania e justiça. Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, 4, 6. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1806-64452007000100003>>. Acesso em: 15 ago. 2019.